

ANÁLISE DE CONTEÚDO E ANÁLISE DO DISCURSO: O LINGÜÍSTICO E SEU ENTORNO

(Content Analysis and Discourse Analysis:
The Linguistic and Its Surroundings)

Décio ROCHA¹

Bruno DEUSDARÁ²

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

ABSTRACT: *Based on a historical review of Content Analysis and a debate about its implications in the context of American behaviourism of the beginning of the XX century, the aim of this paper is to focus on the concept of conditions of production as a means of approaching the relationship between text and context. The results show some evidence that, in what concerns the notion of conditions of production, there has been neither total disruption nor simple continuity between tradition (works in Content Analysis and Sociolinguistics) and Discourse Analysis as conceived by Pêcheux.*

KEY-WORDS: *Content Analysis; Discourse Analysis; Social Psychology; conditions of production.*

RESUMO: *A partir de um histórico da Análise de Conteúdo e de uma reflexão acerca de suas implicações no contexto do behaviorismo americano do início do século XX, procuraremos neste artigo abordar o conceito de condições de produção enquanto meio de apreensão da relação entre texto e contexto. Os resultados obtidos indicam que, no que concerne à noção de condições de produção, não houve nem uma total ruptura, nem uma simples continuidade entre os trabalhos produzidos segundo a tradição da Análise de Conteúdo e da Sociolinguística, por um lado, e, por outro, a Análise do Discurso concebida por Pêcheux.*

PALAVRAS-CHAVE: *Análise de Conteúdo; Análise do Discurso; Psicologia Social; condições de produção.*

¹ Professor Adjunto do CAP e do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutor em Lingüística Aplicada pela PUC-SP; bolsista CNPq.

² Professor de Língua Portuguesa da rede estadual do Rio de Janeiro, mestrando da área de Lingüística do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

0. Introdução

Por que trabalhar numa perspectiva discursiva? Quais as insuficiências de uma análise de conteúdo (AC), tendo em vista o contexto em que se desenvolveu tal abordagem de leitura de textos? Quais as implicações de uma perspectiva enunciativa em análise do discurso (AD)?

Perguntas como as que ora colocamos não requerem, certamente, respostas unívocas; antes, pressupõem o debate entre diferentes opções que nunca são isentas de conseqüências éticas no trabalho com as práticas linguageiras.

Se dizemos que as reflexões produzidas neste artigo apresentam uma inegável dimensão ética, é porque visam justamente contribuir para a explicitação das implicações do pesquisador com um campo de investigações que não cessa de desafiá-lo ao lhe exigir um compromisso com a produção de uma determinada qualidade de social (“que tipo de contribuição pode o analista do discurso oferecer no que concerne ao grau de visibilidade de um dado entorno social à luz das práticas linguageiras que nele têm lugar?”) e com um certo modo de fazer ciência (“sob a ótica da produção de saberes, que novas forças são atualizadas pela perspectiva teórico-metodológica da AD frente a outras práticas que a precederam?”) que, espera-se, sejam potencializadores do pensamento. Esta é a posição que assumimos e que se reitera no fragmento que ora transcrevemos:

“A ética como afirmação especulativa não solicita obediência e não oferece princípios reguladores da ação, mas é um exercício constante do pensar e conseqüentemente a transformação constante de nós mesmos e do mundo.” (Machado 1999: 156-7)

Desse modo, assumindo uma ótica espinozista, diremos que, diferentemente da normatividade que define o exercício da moral, conjunto de prescrições (regras e valores sociais) baseados no Bem e no Mal, uma perspectiva ética vem atualizar um exercício (libertário) de problematização do pensamento que se produz nos diferentes encontros de que é capaz – encontros que podem ter como efeito o aumento ou a diminuição de sua potência³.

³ Trata-se, na *Ética* de Espinosa, do lugar ocupado pelas afecções que determinam a imanência dos bons e dos maus encontros entre corpos ou idéias, entendendo-se por *bom* tudo o que contribui para a composição das forças e, conseqüentemente, por *mau*, o que leva à sua decomposição. Como se percebe, vemo-nos aqui diante de uma atitude de desnaturalização do pensamento.

1. Objetivo

Nosso objetivo neste artigo é refletir sobre o percurso da AC, explicitar suas filiações, motivados pelas contribuições que este debate poderá vir a oferecer no seio da própria AD. Dessa forma, parece-nos apropriado sintetizar tal objetivo na seguinte questão norteadora: a que insuficiências da AC se procurou responder com uma nova perspectiva, com uma disciplina – a AD – que não estava previamente inscrita no campo do saber⁴?

Nosso percurso consistirá em uma breve revisão do que caracterizou os trabalhos em AC desde os seus primórdios, sendo explicitados os laços que uniram tais práticas de leitura de textos e as ciências do homem e do social durante a primeira metade do século XX nos Estados Unidos, berço da AC. Uma vez concluída a revisão, passaremos ao modo como a articulação entre o lingüístico e o sócio-histórico foi inicialmente evocada por intermédio da noção de *condições de produção* dos discursos, colocando em primeiro plano o problemático encontro entre texto e contexto.

2. A Análise de Conteúdo

2.1. Breve Histórico

A AC pretende afirmar-se, inicialmente, na continuidade de uma tradição histórica de análise e interpretação de textos. Segundo Bardin (1995:14), “a hermenêutica, a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos, é uma prática muito antiga”. Trata-se, pois, de trazer à luz uma interpretação para textos que se apresentem como obscuros ou ambíguos, atitude que a autora vai localizar em experiências que qualifica como tentativas de “análises de conteúdo prematuras”, como se percebe no relato a seguir:

“... a precisão histórica refere alguns casos geralmente isolados, que, numa certa medida, seriam análises de conteúdo prematuras. Por exemplo, a pesquisa de autenticidade feita na Suécia por volta de 1640 sobre os hinos religiosos. Com o objectivo de se saber se estes hinos, em número de noventa, podiam ter efeitos nefastos nos Luteranos, foi efectuada uma análise dos diferentes temas religiosos, dos seus valores

⁴ Retomamos aqui a expressão utilizada por D. Maingueneau (1989) para se referir ao momento inaugural do AD no final dos anos sessenta na França.

e das suas modalidades de aparição (favorável ou desfavorável), bem como da sua complexidade estilística.” (Bardin 1995:14-5)

Se, por um lado, a AC se filia a uma tradição hermenêutica cuja origem não se poderia localizar num momento preciso, por outro, não deixa de enfatizar aquilo que igualmente reivindica como sendo seu traço distintivo em relação a essa tradição: a “atitude interpretativa” recebe a contribuição de técnicas modernas desenvolvidas pelas ciências humanas no início do século XX, procedimento que deverá garantir “cientificidade”. Em outras palavras, nos trabalhos de AC, permanece a idéia de que há um “discurso aparente” que precisa ser desvendado, mas agora a interpretação deverá ser guiada “por processos técnicos de validação” (Bardin 1995:14).

Os primeiros estudos em AC desenvolveram-se nos Estados Unidos, tendo por objeto, inicialmente, textos jornalísticos e, a seguir, textos de propaganda. O primeiro grande nome da AC é H. Lasswell, que se voltou para análises de textos da imprensa e de propaganda desde 1915, publicando em 1927 *Propaganda Technique in the World War*.

Em conformidade com o que se disse a respeito do equilíbrio entre tradição reivindicada e os procedimentos de validação adotados, os trabalhos na área caracterizam-se como iniciativas de interpretação que conferem prioridade ao dito – uma prioridade no mínimo ambígua, uma vez que os enunciados são tomados como matéria-prima de análise e, simultaneamente, são considerados como ‘insuficientes’: a materialidade lingüística é vista como reflexo (imperfeito) de um real que tem lugar nos espaços psicológicos, sociológicos, etc.⁵ Para suprir tal insuficiência da materialidade lingüística intervêm as técnicas de validação de uma dada interpretação, visando alcançar duas ordens de objetivos:

- a ultrapassagem das incertezas, propiciando uma “leitura válida e generalizável”;
- o enriquecimento da leitura, pela “descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens” (Bardin 1995:29).

⁵ Chamamos a atenção do leitor para o interesse de tal posicionamento da AC no que concerne ao tema que problematizamos neste artigo, a saber, as condições de produção de um discurso.

Com efeito, vista como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, a AC é inicialmente definida por Bardin como se segue:

“Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.” (Bardin 1995:31)

No que diz respeito à concepção de ciência em que se respalda, podemos dizer que, em seu início, a AC esteve baseada em um modelo de comunicação de orientação nitidamente behaviorista (estímulo-resposta), com o objetivo de “descrever o comportamento enquanto resposta a um estímulo, com um máximo de rigor e cientificidade” (Bardin 1995:16)⁶.

Tal modelo baseava-se em uma relação assimétrica entre o emissor, o estímulo e o receptor. A fórmula clássica de Lasswell para a descrição do ato de comunicação (“quem diz o quê, por intermédio de que canal, a quem, com que efeito”) abria a possibilidade de diferentes modalidades de investigação, as quais podem efetivamente se combinar, segundo a ênfase conferida a cada um dos elementos mencionados:

“Aqueles que estudam o ‘quem’ – o comunicador – se interessam pelos fatores que iniciam e guiam o ato comunicativo. Essa subdivisão do campo de pesquisa é chamada análise de controle. Os especialistas que focalizam o ‘diz o quê’ ocupam-se da análise de conteúdo. Aqueles que se interessam principalmente pelo rádio, imprensa, cinema e outros canais de comunicação fazem a análise de meios (media). Quando o principal problema diz respeito às pessoas atingidas pelos meios de comunicação, falamos de análise de audiência. Se for o caso do impacto sobre as audiências, o problema será de análise de efeitos.” (Lasswell 1978:105)⁷

⁶ Com efeito, precursores da AC como Lasswell deixam bem claro o modo de funcionamento de tal orientação: “Os processos de comunicação da sociedade humana ... revelam equivalência em relação às especializações encontradas no organismo físico e nas sociedades animais inferiores. Por exemplo, os diplomatas de uma determinada nação espalham-se pelo mundo e enviam mensagens a alguns poucos pontos focais. (...) Mais tarde, a seqüência se desdobra em forma de leque, conforme um padrão de passagem de poucos a múltiplos pontos de atenção, como ocorre quando um ministro do Exterior fala em público, um artigo é publicado na imprensa ... As linhas condutoras do meio externo ao Estado são funcionalmente equivalentes aos canais aferentes, condutores dos impulsos nervosos que entram no sistema nervoso central de um animal isolado e aos meios pelos quais um alarme é espalhado pelo grupo de animais. Impulsos eferentes, ou de saída, acusam paralelos correspondentes.” (Lasswell 1978:108-9)

⁷ Mais uma vez chamamos a atenção do leitor para o interesse do texto de Lasswell no que concerne ao tratamento a ser conferido posteriormente à problemática das condições de produção dos discursos.

Segundo Bardin (1995), podemos distinguir três momentos de desenvolvimento da AC: anos 40, anos 50 e desdobramentos posteriores a 1960.

De 1940 a 1950⁸, desempenham papel de destaque os departamentos de ciências políticas das universidades norte-americanas. Em decorrência de questões ligadas à Segunda Guerra Mundial, a ênfase recai sobre a investigação política:

“... durante os anos de guerra, o Governo americano exortou os analistas a desmascararem os jornais e periódicos suspeitos de propaganda subversiva (principalmente nazi)”. (Bardin 1995:16)

Esse primeiro período é bastante importante, do ponto de vista metodológico, no que diz respeito ao estabelecimento de regras de análise elaboradas por Berelson, auxiliado por Lazarsfeld. É a seguinte a definição de AC formulada na época por Berelson, a qual transcrevemos de Bardin (1995):

“A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.” (Bardin 1995:19)

Como procedimento metodológico de acesso ao conteúdo de uma dada comunicação, Bardin menciona o recurso à análise categorial: delimitação de unidades de codificação, assumida pelo analista que, a partir da totalidade de um texto e em nome de um ideal de objetividade e racionalidade, verifica, com base em critérios de classificação, “a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (Bardin 1995:37). Trata-se, como diz a autora, de um método taxionômico que visa “introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.” (Bardin 1995:37)⁹.

⁸ É nesse período que se realiza em Chicago, em agosto de 1941, um encontro sobre pesquisa interdisciplinar em comunicação de massa, momento no qual é cunhado o termo *análise de conteúdo*. Do referido encontro participaram H. Lasswell, B. Berelson, P. Lazarsfeld, entre outros. Lasswell estabeleceu o tipo de abordagem e os objetivos da AC: “signos e declarações são analisados para testar seu efeito sobre o público; os resultados são as frequências de símbolos particulares, sua intensidade e a avaliação dos emissores”. (Titscher, Meyer, Wodak, Vetter 2000:56)

⁹ A referida necessidade de ordenação e catalogação de diferentes práticas de linguagem que se deseja submeter a análise é exemplarmente apresentada no seguinte fragmento de Goode & Hatt (texto originalmente publicado em língua inglesa em 1952): “A maioria das nossas observações e experiências diárias, os jornais e revistas que lemos, os programas de rádio que ouvimos, bem como

Antecedido por um momento de poucas produções, o período compreendido entre os anos de 1950 e 1960 é marcado, segundo Bardin (1995), por um quadro de renovação dos questionamentos no plano metodológico e uma ampliação das possibilidades técnicas aplicadas a disciplinas diversificadas. Também caracteriza este período uma profusão de eventos, como congressos e seminários, que explicitam a diversidade de investigadores que estariam procurando a abordagem da AC, como foi o caso do congresso organizado por Osgood em Allerton House (Illinois), em 1955, no qual foram apresentadas as abordagens quantitativa e qualitativa em AC.

É este reengajamento no trabalho em AC que faz Bardin caracterizar este período como representando sua “segunda juventude”. Surge, no âmbito epistemológico, uma polarização pautada em dois modelos de comunicação: A. George e G. Mahl defendem uma concepção instrumental, enquanto G. E. Osgood sustenta uma concepção representacional. A distância entre as duas concepções é assim apresentada por Pool:

“De maneira grosseira, arrogamo-nos o direito de dizer que ‘representacional’ significa que o ponto importante no que diz respeito à comunicação é o revelado pelo conteúdo dos itens léxicos nela presentes, isto é, que algo nas palavras da mensagem permite ter indicadores válidos sem que se considerem as circunstâncias, sendo a mensagem o que o analista observa. Grosso modo, ‘instrumental’ significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela veicula, dados o seu contexto e as suas circunstâncias”. (Bardin 1995:20-1)

Quanto ao aspecto metodológico, alguns investigadores assumem a postura de contrapor a análise quantitativa à análise qualitativa. A esse respeito, seria importante retomar alguns dos argumentos que se manifestaram nesse período acerca do debate envolvendo as estratégias de análise em AC.

Berelson (1952) foi o primeiro a se posicionar favoravelmente a uma análise quantitativa. Kracauer (1952) reagiu criticamente a uma orienta-

os relatos históricos ... são todos essencialmente ‘não estruturados’, mas podem ser fontes importantes de dados para determinados problemas sociológicos. Se tais dados não são considerados se restringe a amplitude de informação disponível, e a maior parte das riquezas da experiência social pode ser perdida. Por outro lado, se são usados como aparecem, não mostram muita ordem, e poucos cientistas podem concordar entre si com qualquer interpretação neles baseada.” (Goode & Hatt 1975:400)

ção quantitativa, sob o argumento de que tal modalidade de trabalho não levaria em consideração a “qualidade dos textos”. Dessa forma, estaria afirmando que o sentido produzido pelo texto como um todo (“wholes”) e os padrões (“patterns”) podem ser demonstrados não através de contagens e medidas, mas por diferentes possibilidades de interpretação da multiplicidade de conotações.

Com isto, fica evidente que a controvérsia se desdobraria a partir da prioridade que a análise quantitativa concederia à frequência com que determinados itens apareceriam no texto. Por outro lado, para a análise qualitativa teria maior importância a diferença produzida entre presença e ausência desses itens no texto.

Ainda acerca dessa divergência, Bardin registra algumas iniciativas importantes por parte de Osgood, como a “análise das asserções avaliadoras de uma mensagem” e a “análise das co-ocorrências”. Com efeito, para além dos procedimentos meramente classificatórios, verifica-se ainda a possibilidade de estabelecer diferentes tipos de relação entre as categorias depreendidas (quais são as categorias que se associam, quais se equivalem ou se excluem, etc.), configurando-se o que se denominou análise de contingência (ou de co-ocorrência). O interesse de tais procedimentos é tornar possível o acesso a uma determinada ordem de saberes (de natureza psicológica, sociológica, econômica, histórica, etc.) não diretamente visíveis no texto:

“A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).” (Bardin 1995:38)

Definindo inferência como a “operação lógica pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras” (Bardin 1995:39), Bardin a caracteriza como etapa explícita e controlada que permite intermediar a descrição (primeira etapa necessária de acesso a um texto) e a interpretação (depreensão da significação concedida às características previamente descritas). Em outras palavras, a inferência é o procedimento que permite ao analista captar em um dado tipo de documento (nos textos, por exemplo) os vestígios que permitirão descobrir “a manifestação de estados, de dados e de fenômenos”

(Bardin 1995:39), no que diz respeito tanto à procedência da mensagem (a situação na qual se encontra o emissor¹⁰) quanto a seu destinatário¹¹.

Assim, não se pode ignorar a contribuição que este pequeno transcurso da polêmica entre análise quantitativa e qualitativa oferece à AC. É possível, a partir de então, romper com uma análise exclusivamente descritiva. Bardin (1995:21) menciona, neste sentido, um “desbloqueio” da AC, o qual poderia ser explicado por duas características desse período: a redefinição do que seriam a objetividade e a cientificidade de uma investigação (noções que não mais coincidiriam com a rigorosa análise de frequências) e a maior aceitação do encontro entre uma “compreensão clínica com a contribuição da estatística” (Bardin 1995:21).

Os trabalhos em AC desenvolvidos a partir de 1960 podem ser caracterizados por três fatores principais:

“o primeiro é o recurso ao ordenador; o segundo o interesse pelos estudos respeitantes à comunicação não verbal e o terceiro é a inviabilidade de precisão dos trabalhos lingüísticos”. (Bardin 1995:22)

A importância desse período para o que sucederá com a AC reside na nova etapa aberta a partir da utilização do computador. Uma evidência das alterações provocadas pode ser observada na contribuição prestada por esse instrumento, que possibilita, segundo Bardin, ultrapassar a dicotomia verificada entre análise quantitativa e análise qualitativa. O computador pode agora fazer um levantamento de frequências, por exemplo, com rapidez e precisão impensáveis de serem obtidas manualmente.

Além da quebra da dicotomia entre análise quantitativa e qualitativa, registrada por Bardin, observa-se ainda a necessidade de ampliar o horizonte metodológico, sobretudo no que tange ao rigor dos procedimentos

¹⁰ Bardin considera que o termo *condições de produção* é excessivamente restritivo do papel desempenhado pelo emissor de uma mensagem e, por essa razão, prefere falar de *variáveis inferidas*.

¹¹ A autora cita alguns exemplos do procedimento descrito: “... adivinhar as intenções militares que estão por trás dos discursos de propaganda estrangeira ...; descobrir estados de tensão em diferentes momentos, através das palavras de um grande homem histórico ...; medir o grau de ansiedade, a partir das perturbações da linguagem de um doente ...; pôr em evidência as avaliações ... e as associações subjacentes de um indivíduo, a partir de seus enunciados ...” (Bardin 1995:40)

adotados¹². A referida preocupação com o rigor metodológico emerge sempre como instrumento de manutenção da “neutralidade científica”, garantia de que, ao preparar o texto, o pesquisador não estaria nele imprimindo compreensões subjetivas¹³.

Tendo em vista as diferentes etapas da AC que procuramos apresentar sinteticamente, podemos dizer que, para além das especificidades que marcam o trabalho de cada pesquisador e de cada momento, um desafio maior se coloca para o analista de conteúdo: estabelecer correspondências entre as estruturas semânticas ou lingüísticas (o plano sincrônico ou horizontal da superfície dos textos) e as estruturas psicológicas ou sociológicas (fatores localizados num plano diacrônico ou vertical que determinam as características encontradas nos textos)¹⁴. É exatamente a busca de tais correspondências que motiva a nova definição para a AC formulada por Bardin:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin 1995:42)

2.2. *Implicações da Análise de Conteúdo*

Após o breve histórico da AC que apresentamos, julgamos pertinente recuperar algumas de suas implicações, aprofundando o debate referente ao cenário no qual ela se desenvolveu. Para tal, seguiremos algumas indi-

¹² Antes de enviar o texto para análise, é preciso prepará-lo, exigir “uma preparação dos textos a tratar, e, por conseguinte, uma definição mais precisa das unidades de codificação, e tornar operacionais procedimentos de análise automática das unidades de contexto, quando o sentido de uma unidade de registro é ambíguo” (Bardin, 1995:23).

¹³ Cumpre ainda lembrar duas referências importantes dos trabalhos em AC nos anos 60: em primeiro lugar, a realização de um terceiro congresso em 1967, em Annenberg School, Filadélfia, cuja importância pode ser localizada na discussão acerca do campo de abrangência do método adotado; em segundo, os contatos que se iniciam com outras áreas do conhecimento científico como a semiologia e a lingüística.

¹⁴ No que concerne aos trabalhos em análise de conteúdo, Henry e Moscovici (1968) falam de dois planos de referência fundamentais em estreita relação de dependência: o plano *vertical* (plano da análise das condições de produção) e o plano horizontal (o da análise dos textos). Por “condições de produção”, objetivo maior de uma análise de conteúdo, os autores entendem o conjunto das

cações deixadas no texto de Bardin (1995), buscando aprofundá-las em outras fontes que contribuam para torná-las mais explícitas.

Já dispomos no momento de algumas pistas a respeito das referidas implicações. Vimos com Bardin que a AC se constitui no início do século XX nos Estados Unidos, sob a influência do behaviorismo. Devemos, pois, nos voltar para o panorama da América do Norte na primeira metade do século XX, ou, mais especificamente, no período entre guerras, quando toma impulso especial a AC. E mais: nossa atenção estará voltada especificamente para o campo dos estudos em psicologia, em especial aquela modalidade que ficou conhecida como psicologia social.

É pertinente que nos interroguemos acerca da legitimidade de tal aproximação com a psicologia (social). Se lhe atribuímos papel de destaque no início do século passado no que tange ao desenvolvimento da AC, isto se deve, em primeiro lugar, ao modo como Bardin e seu livro são apresentados:

“Laurence Bardin, professora-assistente de psicologia na Universidade de Paris V, aplicou as técnicas da Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas. Este livro ... tanto pode ser utilizado por psicólogos e sociólogos, qualquer que seja a sua especialidade ou finalidade, como por psicanalistas, historiadores, políticos, jornalistas, etc.” (Bardin 1995:3)

Encontramos um mesmo tipo de argumentos quando Bardin se propõe apresentar ao leitor exemplos representativos de AC postos “em prática no campo da psicologia (principalmente em psicologia social) e da sociologia” (Bardin 1995: 49). Em nota de pé de página, a autora oferece algumas explicações adicionais a respeito de sua opção pelos dois campos:

“Esta opção [a opção pela psicologia e pela sociologia] decorre não só da nossa formação, mas também porque a Sociologia e a Psicologia Social têm uma grande procura neste domínio.” (Bardin 1995:49)

Nesse sentido, resta decidir que caminho tomaremos para abordar esse campo de saberes que se constituía no início do século passado. Resumidamente, diremos que, dentre as fontes consultadas para abordar a psicolo-

determinações de textos previamente selecionados para análise, justificando a escolha do termo como sendo preferível a outros que remetem à situação de comunicação, ao meio sociocultural ou à psicologia individual (Henry e Moscovici 1968:37).

gia no referido contexto, o trabalho de Farr (1998) revelou-se como bastante produtivo. Com efeito, o autor retraça o contexto no qual se delinearam, a partir do século XIX, duas tendências da psicologia social, a psicológica e a sociológica. Parece ser no contexto da tendência psicológica da psicologia social que têm impulso os trabalhos em AC.

Ratificando nossa opção pelo exame do que se produzia em Psicologia Social na primeira metade do século XX nos Estados Unidos, podemos recuperar algumas “coincidências” ao longo das duas obras escolhidas para nosso percurso – Bardin (1995) e Farr (1998):

- referência ao trabalho de W. I. Thomas, professor de Sociologia da Universidade de Chicago, e F. Znaniecki, professor de Antropologia, acerca da integração de emigrantes polacos na Europa e na América, no período compreendido entre 1908 e 1918 (Bardin 1995:15; Farr 1998:152);
- referência à definição de B. Berelson para a AC, fortemente marcada pelo behaviorismo, em seu artigo intitulado “Content Analysis”, publicado no *Handbook of Social Psychology*, de G. Lindzey, em 1954 (Bardin 1995:34);
- referência feita em ambas as obras ao papel desempenhado por diversos teóricos, a exemplo de Allport, Moscovici, Lazarsfeld;
- referências a artigos versando sobre pesquisas baseadas em AC publicados em *Journal of Abnormal Social Psychology*. (Bardin 1995:17-8, 197).

Vimos, com Bardin, que a AC se origina nos Estados Unidos em pleno behaviorismo (Bardin 1995:29), modo como se atualiza na época o positivismo reinante enquanto filosofia da ciência. Segundo Farr, trata-se da feição psicológica da psicologia social, em detrimento de uma outra feição que teria sido igualmente possível, a sociológica. Tal feição psicológica de Psicologia Social que ganha corpo nos Estados Unidos aborda os fenômenos sociais como fenômenos naturais, por intermédio de métodos experimentais. No tratamento dos fenômenos observados, o coletivo e o social são explicados pelo recurso a leis individuais. Trata-se aqui da chamada “individualização da Psicologia Social”¹⁵, segundo terminologia de Grau-

¹⁵ Estamos convencidos de que o referido movimento de individualização desempenhou papel decisivo no modo como se atualizaram os trabalhos em AC.

mann (Farr 1998:137), posicionamento do qual Allport é um dos maiores defensores:

“Não há nenhuma psicologia de grupos que não seja essencial e totalmente uma psicologia dos indivíduos ... Da mesma forma, não existe consciência que não seja a dos indivíduos. A psicologia, em todos os seus ramos, é uma ciência do indivíduo.” (Allport 1924, apud Farr 1998:138)

Eis, deste modo, a posição reducionista que se tornou hegemônica no curso do desenvolvimento da Psicologia Social norte-americana na primeira metade do último século. A esse respeito, vale assinalar que, se dizemos hegemônica, isto significa que não era a única possível. Com efeito, anunciamos anteriormente a existência de uma outra vertente de trabalhos em Psicologia Social, dita sociológica (Farr 1998:151), a qual foi sistematicamente submetida a um intenso trabalho de apagamento. Trata-se de um debate que remonta a Wundt, tido como fundador da psicologia¹⁶. Com efeito, é pouco sabido que Wundt, além de ter construído as bases de uma psicologia fisiológica assentada em uma metodologia experimental na segunda metade do século XIX, também foi o autor de dez volumes sobre psicologia social (*Völkerpsychologie*), cujo objeto central de estudo eram a língua e a cultura vistas como fenômenos mentais coletivos que não poderiam ser abordados experimentalmente. Ressalte-se que Wundt pretendeu manter uma distância entre a sua psicologia experimental, de base fisiológica, e a psicologia social que desenvolveu no período compreendido entre 1900 e 1920. A distância que se verificava entre as duas formas de psicologia recuperava uma antiga tradição da universidade moderna implementada por Humboldt ao restabelecer a Universidade de Berlin em 1809: a distância entre o que grosso modo denominamos “ciências naturais” (território ao qual estaria ligada a psicologia fisiológica de Wundt) e “ciências humanas e sociais” (campo em que se situaria sua psicologia social)¹⁷.

¹⁶ Dentre as contribuições de Wundt para o referido empreendimento, podemos citar as seguintes iniciativas: publicação, em 1873-4, de *Fundamentos da psicologia fisiológica*; criação do primeiro laboratório de psicologia experimental em Leipzig, em 1879; lançamento de uma revista de pesquisa intitulada *Estudos Filosóficos*, em 1881.

¹⁷ Não é difícil perceber que os trabalhos em AC situavam-se no horizonte teórico das “ciências naturais”; na abordagem que proporá para a noção de *condições de produção*, a AD deslocará a ênfase para o outro pólo, a saber, o das “ciências humanas e sociais”.

A AC era um projeto que mantinha uma grande afinidade com o que foi chamado de “americanização das ciências sociais” (Manicas 1987, apud Farr 1998:137). Caracterizando a língua como comportamento a ser observado, a AC foi responsável por manter um hiato bastante acentuado (e, claro, artificial) entre categorias como *individual* e *social*, hiato que parece se atualizar sob um duplo modo no que diz respeito à relação do texto com seu exterior:

- as marcas do individual já coincidem com as marcas do social presentes nos textos (“achatamento” do social às categorias do psicologismo):

“... as palavras não apenas refletem a ‘significação do que imaginamos como sua natureza’ mas também contêm a significação da natureza, disposição e interesse daquele que fala’. A ‘disposição e interesse’ de quem fala refletem em parte as pressões da situação social geral ... (...)

... um texto representa o autor e a situação social em que o texto foi produzido ...” (Stone 1978:318)

- as marcas do individual distinguem-se das marcas do social presentes nos textos (produção de uma concepção essencializada de *indivíduo*):

“... os dados verbais são extraordinariamente ricos e variados, refletindo idéias, atitudes e estilos, em certa medida específicos do indivíduo e em parte derivados de um meio cultural particular.” (Stone 1978:316)

Com efeito, fez parte do referido projeto de americanização das ciências sociais a afirmação de um certo individualismo cujas origens podem ser localizadas numa concepção cartesiana subjacente ao estabelecimento de duas ordens de ciência: as ciências referentes à mente e as referentes à matéria.

“As raízes do individualismo estão enterradas no solo de toda a tradição intelectual do ocidente, mas seu florescimento é um fenômeno caracteristicamente americano. Suas raízes podem ser encontradas no dualismo cartesiano.” (Farr 1998:136)

Não desenvolveremos em detalhe no âmbito do presente trabalho os desdobramentos posteriores do cenário americano que serviram de solo aos trabalhos em AC. Diremos apenas que, se o individualismo cumpriu um papel relevante na caracterização dos trabalhos em Psicologia Social no período entre guerras, sob a égide do behaviorismo de F.H. Allport, igual-

mente importante foi sua presença nas iniciativas posteriores à segunda guerra:

“No período que se seguiu à segunda guerra mundial, as ciências sociais nos Estados Unidos tornaram-se individualizadas quando, coletivamente, passaram a ser chamadas de ciências do comportamento. (...) A mudança de nome foi um truque bem sucedido com o fim de atrair recursos financeiros para as ciências do comportamento, recursos estes que não estariam acessíveis aos cientistas sociais (porque os políticos que votavam os recursos não distinguiam entre ciências sociais e socialismo”. (Farr 1998:137)

3. Desafios para uma Perspectiva Discursiva: As Condições de Produção do Discurso

Parece-nos lícito sustentar que os trabalhos em AC justificam a tradição que reivindicam por intermédio daquilo que se apresenta como seu diferencial: trata-se ainda de um trabalho de interpretação, mas que se pretende validar cientificamente pelo recurso às técnicas de quantificação que legitimarão a leitura de um texto. A AC preconiza a necessidade de superar os perigos que espreitam o pesquisador: escapar das armadilhas da superfície lingüística, lançando mão da neutralidade científica. Esquivar-se de pistas falsas, mergulhar nos meandros tortuosos do texto que escondem seu sentido. Atingir a profundidade do texto, resgatando-lhe o conteúdo: eis a tarefa da AC. Ao pesquisador cabe encontrar meios para levantar o véu que encobre o texto, ultrapassar o plano das aparências de superfície, desvendar seu verdadeiro conteúdo. A materialidade lingüística é, dessa forma, entendida como algo que indiretamente remete a um outro espaço, a um outro lugar que representaria o foco de interesse do pesquisador: o das condições (psicológicas, sociológicas, etc.) em que se produzem os textos submetidos à investigação.

As insuficiências dos trabalhos desenvolvidos em AC não tardaram a ser apontadas, e um dos nomes de destaque no referido empreendimento foi o de Michel Pêcheux¹⁸. Dentre as insuficiências verificadas, considera-

¹⁸ Pensamos aqui não somente em *Análise automática do discurso*, de 1969, mas também em dois artigos de Pêcheux, publicados em *Cahiers pour l'analyse* sob o pseudônimo Thomas Herbert: “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente da psicologia social” (1966) e “Notas para uma teoria geral das ideologias” (1968).

mos importante iniciar por aquelas que dizem respeito ao estado em que se encontravam as ciências sociais no final dos anos 60, apontando, de modo sintético, a não-problematização da produção de conhecimento, isto é, a ausência de uma reflexão teórica, situação que, segundo Pêcheux, torna discutível a validade de qualquer instrumento¹⁹: “[o instrumento] não deve ser considerado independente da teoria ou como uma ‘aplicação’ desta” (Gadet & Hak 1990:19).

Com efeito, para Pêcheux, nem toda utilização de um instrumento é científica. Para lograr a construção de um instrumento científico, o autor encontra respaldo em Bachelard e Canguilhem, além, é claro, de recorrer a Althusser, como bem o demonstram suas reflexões oriundas de uma análise marxista sobre as conseqüências da divisão do trabalho – trabalho manual e trabalho intelectual – e também sobre as conseqüências do caráter contraditório da combinação das forças produtivas e das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes²⁰. O essencial do empreendimento de Pêcheux pode ser localizado na forte convicção de que a construção de um instrumento científico e a construção de um objeto de investigação, isto é, a elaboração teórico-conceitual, caminham juntas:

“... cada vez que um instrumento ou experimento é transferido de um ramo de ciência para outro, ou a fortiori de uma ciência para outra, este instrumento ou este experimento é de algum modo reinventado, tornando-se um instrumento ou experimento desta ciência em particular ...” (Gadet & Hak 1990:17)

Em outras palavras, a mera utilização de instrumentos sem a prévia elaboração de um objeto de investigação representa, segundo Pêcheux, o lugar mesmo da (re)produção ideológica, em consonância com uma certa demanda social situada no interior de uma prática política, se concordarmos que “a ideologia é um processo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes ...” (Gadet & Hak 1990:24).

Assim, por considerar como inexistente, nos trabalhos em ciências sociais do final dos anos 60, a construção de um objeto teórico-conceitual que legitimasse a construção de instrumentos, Pêcheux não hesita em afirmar:

¹⁹ Lembramos as diversas definições que foram oferecidas à AC como “instrumento”, “leque de apetrechos”, “técnica de investigação” e outros.

²⁰ A esse respeito, ver Gadet & Hak (1990).

“as ciências sociais desenvolveram-se principalmente ... nas sociedades em que, de modo dominante, a prática política teve como objetivo transformar as relações sociais no seio da prática social de tal modo que a estrutura global desta última ficasse conservada.” (Gadet & Hak 1990:24)

Afirmando, deste modo, que as ‘ciências sociais’ seriam um prolongamento direto das ideologias que dão sustentação a uma certa prática política, Pêcheux situa o lugar a ser ocupado em sua teorização pela noção de *discurso*: “... o instrumento da prática política é o discurso” (Gadet & Hak 1990:24), ou seja, é por intermédio do discurso que uma dada prática política vem exercer sua ação sobre as relações sociais.

A opção de Pêcheux pelo discurso como lugar de teorização no sentido de refletir sobre a presença do ideológico no campo das ciências sociais se justifica acima de tudo pelo modo como o autor problematiza a relação entre prática política e discurso – relação que, ao longo do tempo, vinha sendo mascarada pela adoção de um modelo instrumental de linguagem, concepção extremamente redutora que, ao privilegiar o plano das ‘comunicações’ entre os homens, não faz senão recobrir os processos pelos quais os agentes do sistema de produção são colocados em seu lugar²¹.

É, pois, visando à construção de uma teoria do discurso que Pêcheux recusa uma concepção instrumental de linguagem (a linguagem vista como instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, isto é, ‘informações’). Com efeito, para o autor, uma concepção de linguagem vista tão-somente como ‘instrumento de comunicação’ cumpre uma dupla função que é preciso superar: (i) mascarar e obscurecer a função das ciências sociais com a prática política; (ii) colocar as ciências sociais no prolongamento das ciências naturais.

A tentativa de Pêcheux é a de estabelecer a relação entre linguagem e ideologia, tomando por base o trabalho de Althusser sobre o paralelo entre a evidência da transparência da linguagem e o efeito ideológico elementar.

²¹ Gadet & Hak (1990:26) lembram que a iniciativa de Pêcheux não consiste em negar que a linguagem sirva para comunicar, “mas sim que este aspecto é somente a parte emersa do iceberg”.

O conceito de *discurso* é introduzido por Pêcheux justamente para inter-relacionar o “sujeito da linguagem” e o “sujeito da ideologia”²².

Para tal, dentre outras iniciativas, o autor problematiza a noção de *condições de produção* do discurso, com base em uma dupla operação:

- por um lado, rejeita o esquema que denomina “reacional” (estímulo – organismo – resposta), o qual apresenta o inconveniente de anular os lugares ocupados pelo agente responsável pela produção do estímulo e seu destinatário;

- por outro, repensa o esquema “informacional” oriundo das teorias sociológicas e psicossociológicas da comunicação, partindo da formulação de Jakobson (formulação que prevê o encontro de seis elementos em todo processo de comunicação, a saber, emissor, destinatário, mensagem, referente, código, canal) e procedendo a alguns deslocamentos fundamentais: ao invés de mensagem (entendida como transmissão de informação), prefere falar de discurso (‘efeito de sentido’ produzido no encontro de emissor e destinatário); distingue entre realidade física e lugares ocupados no interior de uma formação social, os quais serão representados (isto é, estarão presentes, mas transformados) nos processos discursivos. Dito de outro modo, o que funciona nos processos discursivos não são ‘organismos humanos individuais’ que falam a respeito de objetos do mundo físico, mas formações imaginárias que designam o lugar que o emissor e o destinatário atribuem a si mesmos e ao outro (imagem que constroem para si de seu próprio lugar e do lugar do outro), sustentando pontos de vista acerca de um referente que também participa das condições de produção do discurso na condição de objeto imaginário²³.

Não é objetivo deste artigo refazer um percurso dos trabalhos em AD, cabendo-nos, antes, a tarefa de problematizar a sustentação teórico-conceitual que abre a possibilidade de uma perspectiva discursiva. Se retomamos como momento inaugural a reflexão de Pêcheux foi acima de tudo para enfatizar a insuficiência de uma abordagem do sentido como conteúdo e a necessidade de um trabalho de teorização, o qual, por caminhos

²² A categoria de sujeito da ideologia, em consonância com a tese segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, é apresentada por Althusser em seu famoso artigo de 1970, “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas a uma pesquisa)”.

²³ A este respeito, remetemos o leitor a Pêcheux 1969:19-20.

diversos, vem se afirmando desde o final dos anos 60 do último século. Com efeito, segundo o quadro geral apresentado por muitas obras introdutórias à AD, os trabalhos que começaram a se desenvolver desde então deviam assumir um desafio da consolidação, como o diz Maingueneau:

“A existência e o sucesso da análise do discurso, ou, mais exatamente, daquela que, por vezes, é chamada de ‘escola francesa de análise do discurso’ não são coisas por si só evidentes. O lugar de uma disciplina desta natureza não estava previamente inscrito no campo do saber.” (Maingueneau 1989:9)

4. À Guisa de Conclusão: Continuidades e Rupturas

O que pretendemos a partir deste momento é refletir sobre o modo pelo qual a AD entra no cenário dos estudos sobre a linguagem, problematizando suas condições de emergência no referido contexto, com base em uma reflexão sobre o modo pelo qual se institui uma experiência de continuidade ou de ruptura em relação aos padrões hegemônicos de abordagem das práticas linguageiras à época.

Vimos que o termo *discurso* foi introduzido, nas formulações de Pêcheux, em substituição ao que em Jakobson se designava *mensagem*, com a finalidade de garantir a construção de um objeto que permitisse romper as amarras ideológicas que caracterizavam os estudos em ciências sociais à época. Se logramos com o tempo alguma distância em relação a tais amarras – e acreditamos firmemente que sim –, motivo pelo qual pretendemos justificar nossa opção por um trabalho numa ótica discursiva, tal avanço parece ter ocorrido – seria melhor dizer “tal avanço parece vir ocorrendo”? – paulatinamente.

Na quarta parte da obra de Bardin (1995), momento no qual a autora apresenta o que denomina como sendo as “diferentes técnicas” da AC, há indícios do que aqui chamamos de continuidade. Com efeito, a autora menciona as seguintes técnicas de AC: análise categorial; análise de avaliação; análise da enunciação; análise da expressão; análise das relações e ... análise do discurso. Tendo em vista nosso objetivo no momento, queremos centrar a atenção em algumas reflexões referentes a duas das referidas “técnicas” indicadas pela autora: a análise da enunciação e a análise do discurso.

Caracterizando a análise da enunciação como uma técnica de AC apoiada numa concepção de comunicação como processo e não como dado, a autora oferece uma primeira definição de *discurso*, apresentado como palavra em ato:

Chama-se geralmente discurso na prática das análises a toda a comunicação estudada não só ao nível dos seus elementos constituintes elementares (a palavra por exemplo) mas também e sobretudo a um nível igual e superior, à frase (proposições, enunciados, seqüências). (...) O discurso não é transposição transparente de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma linguageira. O discurso não é um produto acabado mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições.” (Bardin 1995:170)

E mais adiante:

... o discurso é por um lado, ‘uma atualização parcial de processos na sua grande parte inconscientes’ e, por outro, a estruturação e as transformações provocadas pela passagem pelo ‘fluxo’ da linguagem e pelo ‘outro’.” (Bardin 1995:170-1)

Como se percebe a partir dessas duas definições, encontramos em Bardin um sentido de *discurso* que se distancia da perspectiva sustentada por Pêcheux. A referida distância, no entanto, não impede Bardin de afirmar a existência de estreitos laços entre, por exemplo, a análise automática do discurso e o território da análise de conteúdo, como se percebe no fragmento a seguir:

“... iremos falar de um tipo da análise do discurso pertencente ao campo da análise de conteúdo tal como anteriormente a definimos. O empreendimento de M. Pêcheux, a AAD ou análise automática do discurso, pertence a este tipo de análise ...” (Bardin 1995:213)

A continuidade pretendida pela autora entre a reflexão de Pêcheux e o escopo da análise de conteúdo, no entanto, é relativizada logo a seguir:

“a AAD tem por objetivo a ‘destruição da análise de conteúdo’ visando a sua substituição: por conseguinte pode supor-se que a AAD procura preencher a mesma função através de meios diferentes.” (Bardin 1995:213)

A passagem da continuidade à ruptura parece já se delinear em Bardin, tendo em vista que o que a autora apresentava, de início, como “uma das técnicas em AC” é, a seguir, claramente negado, como o mostra o

fragmento no qual a autora apresenta suas considerações a respeito do contexto teórico da AAD:

“... por debaixo de uma linguagem abscondita, que por vezes mascara banalidades, sob um formalismo que por vezes escapa ao leitor, para além das construções teóricas, que ao nível da prática da análise, são improdutivas a curto prazo, existe uma tentativa totalitária (no sentido em que se procura integrar no mesmo procedimento conhecimentos adquiridos ou avanços até aí dispersos ou de natureza disciplinar estranha: teoria e prática lingüística, teoria do discurso como enunciação, teoria da ideologia e automatização do procedimento) cuja ambição é sedutora mas em que as realizações são anedóticas. O que é deplorável.” (Bardin 1995:222)

Como percebemos, numa mesma obra²⁴, o empreendimento levado a cabo por Pêcheux é sucessivamente visto como uma das técnicas em AC, manifestando uma clara experiência de continuidade em relação ao que se produzia desde o início do século, para, a seguir, sofrer uma restrição que relativiza a filiação anunciada e, finalmente, ser categoricamente rejeitado por sua “improdutividade” no que concerne aos resultados oferecidos.

Parece-nos que o que constitui o cerne da crítica feita por Bardin, a saber, seu ‘estranhamento’ diante do inusitado encontro de uma teoria lingüística, uma teoria do discurso e uma teoria da ideologia que a autora qualifica como ‘tentativa totalitária’ de Pêcheux, diz respeito precisamente ao modo como o autor aborda a questão das condições de produção do discurso, questão que nos parece constituir o desafio maior no campo dos estudos em ciências sociais. Com efeito, a diversidade dos ‘conhecimentos de natureza disciplinar estranha’ a que se refere Bardin vem colocar em cena o debate acerca do modo pelo qual estão intrincados o texto e seu ‘entorno’, debate retomado por Courtine (1981) no fragmento que se segue:

“O que se enuncia como pluridisciplinaridade necessária à AD e situa o discurso no campo de uma complementaridade, parece-nos mascarar o reconhecimento do fato de que a AD se inaugura sob o signo da articulação de duas faltas, cujo sintoma mais seguro é a noção de CP [condições de produção]: a psicologia social, a quem falta a possibilidade de, ao caracterizar o enunciado, apoiar-se sobre a base material da língua, volta-se para a lingüística; a lingüística, que carece de uma ‘teoria do sujeito e da situação’, isto é, das CP do discurso, recorre às disciplinas psicológicas e sociais.” (Courtine 1981:20)

²⁴ Lembramos que a obra a que nos referimos aqui, *Análise de conteúdo*, de L. Bardin, teve sua primeira edição em 1977, oito anos após a publicação de *Análise automática do discurso*, de M. Pêcheux.

Por uma outra ótica que, diferentemente da de Bardin, enfatiza o mérito dos trabalhos de Pêcheux, podemos também localizar uma experiência de continuidade no que diz respeito ao desafio apontado por Courtine (1981): fugir de uma definição das condições de produção em que prevaleça a referência a uma situação psicossociológica de comunicação, isto é, fugir de uma psicologização espontânea das determinações propriamente históricas do discurso. Com efeito, o desafio a que se refere Courtine pode ser sinteticamente identificado no fragmento a seguir:

“... desejamos nos demarcar da irresistível atração que toda pesquisa, especialmente sobre a enunciação no discurso, por uma definição das CP [condições de produção] na qual domine a referência a uma situação psicossociológica de comunicação. O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso faz dessa noção...o lugar no qual se opera uma psicologização espontânea das determinações propriamente históricas do discurso, ... que ameaça constantemente de transformar essas determinações em simples circunstâncias onde interagem os ‘sujeitos do discurso’, o que implica ao mesmo tempo situar no ‘sujeito do discurso’ a fonte das relações. (Courtine 1981:22-3)

Como percebemos, é fato que Pêcheux não consegue, em sua obra de 1969, romper com as origens psicossociológicas da noção de *condições de produção* quando recorre às idéias de imagem ou formação imaginária, por exemplo, que podem facilmente coincidir com a noção de *papel* desenvolvida pelo interacionismo psicossociológico ou adotada em trabalhos de base funcionalista. De toda a forma, é igualmente certo que um primeiro passo é dado nesse sentido, ocupando o trabalho de Pêcheux um lugar especial como marco da AD – marco que não cessamos de (re)definir / (re)inaugurar até hoje.

No que concerne à noção de *condições de produção*, não parece, com efeito, haver uma ruptura total entre o gesto inaugural da AD e a tradição²⁵, tampouco uma simples relação de continuidade. Nem ruptura decisiva, pois, nem continuidade acrítica, se considerarmos que o que se pretendeu progressivamente a partir de Pêcheux foi a consolidação de um enfoque que pudesse abrir mão do “desvendamento” de significados, abandonando-se a idéia de que o texto seria um “esconderijo de sentidos” ao qual se teria acesso mediante uma atitude interpretativa como fundamento da análise.

²⁵ Ver, a respeito da tríplice origem do termo *condições de produção* (na AC, na Sociolinguística e na AD harrisiana), a contribuição de Courtine (1981).

O que se desloca igualmente, e não poderia ser de outro modo, é a noção de *sujeito* que havia presidido aos trabalhos em AC: recusa do sujeito intencional, do sujeito meramente estratégico, isto é, aquele que possui um alto grau de mestria sobre o ato de enunciação, dizendo exatamente o que pretende dizer (a ponto, inclusive, de “driblar vigilâncias”), ou “dizendo mal” o que pretendia (a ponto de não reconhecer qualquer correspondência entre o efetivamente dito e seu “projeto intencional de dizer”). Tanto num caso como no outro, com base em tal concepção de *sujeito*, a língua é instrumento (mais ou menos adequado, segundo a perspectiva adotada) de expressão de uma realidade que tem lugar alhures: o texto reproduz, com maior ou menor fidelidade, algo que se passa em outro cenário; divórcio entre produção textual e realidade.

Se o momento que ora vivemos já não é o das primeiras definições da noção de *condições de produção*, quando se fazia sentir a forte inspiração althusseriana que caracterizou uma primeira fase dos trabalhos de Pêcheux, é certo que também estamos longe de um consenso sobre como definir a articulação entre o texto e seu entorno:

“Em uma perspectiva que deve muito a Foucault, ela [a correlação excessivamente mecanicista entre o discursivo e as classes sociais] cedeu a vez a uma visão mais completa das instituições discursivas e da relação entre o interior e o exterior do discurso...”. (Charaudeau & Maingueneau 2004:114)

Em meio aos avanços e hesitações que marcam os desenvolvimentos da AD, algo nos parece haver desempenhado um papel da maior relevância no que concerne à redefinição do debate acerca das condições de produção: a noção de *interdiscurso*. Com efeito, se uma fração dos dados não-lingüísticos relativos a um ato de enunciação é clara e exclusivamente situacional, há, com certeza, uma boa parcela que decorre de “um saber pré-construído que circula no interdiscurso” (Charaudeau & Maingueneau 2004: 115)²⁶.

Delicado ponto de encontro do lingüístico e do sócio-histórico que não é sem conseqüências políticas, tornando cada vez mais urgente a superação dos dualismos cartesianos para a afirmação de perspectivas de traba-

²⁶ Remetemos o leitor à discussão sobre o primado do interdiscurso desenvolvida por Maingueneau (2005): operacionalizada por intermédio da tríade *universo, campo e espaço discursivos*, a noção de *interdiscurso* é apresentada como “sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro” (2005: 38).

lho que promovam a explicitação das implicações do sujeito em suas práticas linguageiras.

Recebido em maio de 2005

Aprovado em julho de 2005

E-mails: rochadm@uol.com.br

brunodeusdara@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. 1995. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- CHARAUDEAU, Patrick & Dominique MAINGUENEAU (Orgs.). 2004. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- COURTINE, Jean-Jacques. 1981. *Langages 62- Le discours communiste adressé aux chrétiens*. Paris: Larousse.
- FARR, Robert M. 1998. *As raízes da Psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- GADET, Françoise & Tony Hak. 1990. *Por uma Análise Automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- GOODE, William & Paul HATT. 1975. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- HENRY, Paul & Serge MOSCOVICI. 1968. Problèmes de l'analyse de contenu. *Langages 11*: 36-60. Paris: Didier/Larousse.
- LASSWELL, Harold. 1978. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: Gabriel COHN (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- MACHADO, Leila. 1999. Ética. In: BARROS, Maria Elizabeth B. de (Org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES.
- MAINGUENEAU, Dominique. 1989. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes.
- _____. 2005. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar Edições.
- PÊCHEUX, Michel. 1969. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.
- ROBIN, Régine. 1977. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- STONE, Philip J. 1978. A análise de conteúdo da mensagem. In: Gabriel COHN (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- STREY, Marlene N. et al. 1999. *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- TITSCHER, Meyer, Wodak, Vetter, 2000. *Methods of text and discourse analysis*. London: Sage.
- VIGNAUX, Georges. 1973. Le discours argumenté écrit. *Communications 20*: 101-159. Paris: Seuil.